

Recebido em: 16/05/2021

Aprovado em: 11/06/2021

Publicado em: 15/07/2021

## PRAZER E FELICIDADE EM FREUD E EM MILL

### PLEASURE AND HAPPINESS IN FREUD AND MILL

Marcelo Galletti Ferretti<sup>1</sup>  
([mgferretti@uol.com.br](mailto:mgferretti@uol.com.br))

**Resumo:** Este artigo busca retomar brevemente as concepções de prazer e de felicidade nutridas por John Stuart Mill e por Sigmund Freud, a fim de sopesar a suposta herança milliana das reflexões freudianas a esse respeito. Para tanto, recuperam-se brevemente as concepções de prazer e de felicidade avançadas por Stuart Mill, retomam-se as três principais conceituações do princípio do prazer e da felicidade feitas na obra freudiana e, por fim, comparam-se as duas posições. O artigo conclui que tais conceituações parecem ter sido, antes, informadas pelos projetos de psicologia evolucionários ensaiados no século XIX, na esteira dos quais elas próprias se inserem, bem como deriva algumas consequências que levam a alguns questionamentos tanto dos pressupostos ético-políticos de Mill quanto de parte do que sustenta o neoliberalismo hoje.

**Palavras-chave:** Freud. Stuart Mill. Prazer. Felicidade. Utilitarismo.

**Abstract:** This article aims to briefly resume John Stuart Mill's and Sigmund Freud's concepts of pleasure and happiness in order to ascertain the supposed Millian inheritance of Freudian reflections in this regard. To do so, it recovers Stuart Mill's conception of pleasure and happiness, it takes up the three main concepts of the pleasure principle and happiness made in Freud's work, and finally, it compares the two author's positions. The article concludes that such conceptualizations seem to have been informed by the evolutionary psychology projects of the 19th century, in the wake of which Freud's is inserted. It also derives some consequences that lead to some questions both of the ethical-political assumptions of Mill as much as part of what supports neoliberalism today.

**Keywords:** Freud. Stuart Mill. Pleasure. Happiness. Utilitarianism.

## INTRODUÇÃO

O empirismo britânico figura entre as mais importantes fontes filosóficas que deram origem à psicanálise, embora tenha recebido muito pouco destaque na literatura de comentário psicanalítica até então. Siegfried Bernfeld, pioneiro na introdução do rigor ao estudo da história da psicanálise (SIMANKE & CAROPRESO, 2016), já indicava, pouco depois do término da

<sup>1</sup> Professor Doutor em Filosofia na Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGC-EAESP).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2189451077651921>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4967-9352>.

Segunda Guerra, que o “interessante tópico” da influência da filosofia britânica sobre Freud, e a de John Stuart Mill nomeadamente, mereceria “um estudo em separado” (BERNFELD, 1949, p. 193). Na década seguinte, Watson (1958) fez notar a influência dos utilitaristas na conceituação dos “princípios de dor-prazer-realidade” (p. 327) psicanalíticos a partir do resgate das traduções de textos de Stuart Mill feitas por Freud. Tal vínculo, porém, permaneceu praticamente inexplorado até o início dos anos 2000, quando autores como Molnar (1999) e Ricaud (1999) retomaram a questão sob um enfoque histórico, e estudiosos como Gabbi Jr. (2003) e Honda (2019) a exploraram sob um enfoque epistemológico e metodológico.

Apesar da escassez de estudos sobre o tema, estes dois grandes trabalhos nacionais atestaram de forma robusta a importância do empirismo britânico sobre a metapsicologia e a metodologia de Freud, que teve contato tanto direto quanto indireto, mediante autores como Herbart, Helmholtz e Brentano, com as ideias de Stuart Mill. Ao passo que Gabbi Jr. (2003) se deteve no manuscrito freudiano *Projeto de uma Psicologia* a fim de mostrar a análise psicológica freudiana emprestada de Mill, Honda (2019) – cuja pesquisa se deu quase vinte anos antes de sua publicação, na forma de tese de doutorado em 2002 – apresentou um amplo panorama das ressonâncias da filosofia de Mill no percurso inicial de Freud em seus escritos dos anos 1880 e 1890, sobretudo no que diz respeito às noções de causalidade e de representação, às prescrições metodológicas e às hipóteses funcionais.

Todavia, essas investigações deixaram por fazer o estatuto da relação da psicanálise, não com a teoria do conhecimento ou a psicologia de Stuart Mill, mas sim com a parte que este mais prezava de sua obra e que acabou por se tornar a mais conhecida dela: as contribuições à ética e à filosofia política. Ora, é de Stuart Mill o opúsculo que se tornou a obra emblemática do utilitarismo e um dos três textos mais lidos e discutidos (juntamente com *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, e *Fundamentação da metafísica dos costumes*, de Kant) de toda a filosofia moral (CRISP, 1997). Além disso, como atesta Fumerton (2009), não apenas “é sem dúvida verdade” que esse filósofo se tornou mais conhecido “pelas suas perspectivas em filosofia ética e política do que em epistemologia e metafísica” (p. 273), como ainda se deve frisar que ele “estava obviamente interessado sobretudo na teorização ética” (p. 27). Dessa forma, se a relação entre esse filósofo britânico e Freud possui tantos pontos de contato como mostram os autores destacados acima, parece natural se perguntar pelo vínculo do criador da psicanálise com essa porção mais célebre e valorizada da filosofia de Mill.

Desta forma, este artigo pretende iniciar a investigação dessa relação não explorada indagando o liame entre a teoria freudiana e o utilitarismo milliano no que se refere à questão do prazer. Tal indagação praticamente se impõe quando nos lembramos de um dos

conceitos mais importantes daquela teoria, o de princípio do prazer: estaríamos, de fato, diante de um atestado do utilitarismo de Freud? Teria o princípio do prazer um parentesco não reconhecido, por seu autor e pela maioria de seus estudiosos, com o princípio da utilidade – isto é, aquele segundo o qual as ações corretas são as que produzem mais prazer ou felicidade para a maioria, visto que, naturalmente, os seres humanos buscam o prazer e fogem da dor? Perguntas que são reforçadas quando lemos o subtítulo da obra de Gabbi Jr. (2003): “as origens utilitaristas da psicanálise”. De fato, mais do que o subtítulo, advoga-se ali que Freud teria defendido um “naturalismo ético” pautado pelo “princípio do hedonismo na versão de Stuart Mill, ou seja, [n]a busca de prazer e dos objetos que proporcionam prazer e [n]a esquiva da dor e dos objetos que a causam” (GABBI JR., 2003, p. 54); que, enfim, o “hedonismo psicológico” de Freud indicaria “o solo filosófico em que as suas especulações são propostas, ou seja, o utilitarismo” (p. 56). Porém, não encontramos nessa obra qualquer consideração mais detida sobre a relação entre Freud e a ética utilitarista de Mill – o que nos pareceria extremamente necessário para sustentar tais afirmações. Da mesma forma, não a achamos na obra de Honda (2019) e nem nas dos demais autores referidos acima.

Ainda, deve-se lembrar que, ao remontar à concepção negativa do prazer presente na obra freudiana – isto é, conforme veremos, antes a fuga do desprazer que a busca do prazer –, Monzani (1989, p. 326) indicou que “uma investigação mais acurada dos pontos de convergência e divergência entre as concepções de Freud [...] e aquelas professadas pelos ‘hedonistas’ gregos (sobretudo Epicuro) talvez se revelasse frutuosa sob alguns ângulos”. Frutuosa porque ao mesmo tempo que distante do hedonismo corrente, tal concepção tem uma longa história, o que justifica um estudo sobre as consonâncias e dissonâncias das ideias de Freud com a referida concepção. Porém, os indícios biográficos e textuais relacionando Stuart Mill ao fundador da psicanálise parecem nos oferecer uma via de acesso mais explícita ao exame da posição da psicanálise ante a tradição hedonista. Ao mesmo tempo, partir da comparação com o utilitarismo permite que se possa estender, em grau a ser determinado, as reflexões à tradição epicurista, porquanto o próprio Mill (1863/2003) e comentadores como Scarre (1994) e Rosen (2003) salientaram as dívidas do hedonismo utilitarista para com o epicurismo.

Por fim, começar pelo paralelo com Stuart Mill tem uma outra razão que poderia ser considerada mais urgente. Como mostram Halévy (1949) e Laval (2007), retomando a via aberta por Hegel e promovendo uma detalhada genealogia do *homo economicus*, deve-se ao utilitarismo um giro antropológico crucial na modernidade ocidental: o advento da concepção do conjunto das relações humanas – e não apenas as que implicam trocas

econômicas – como um comércio pautado pelo cálculo de prazeres e pela demanda de felicidade. Tal concepção, em seguida radicalizada pela “escola marginalista” de economia e pelos arquitetos do neoliberalismo, conforme revelaram Franco et al (2020), deu origem à visão neoliberal de sujeito, a qual patrocina o gerenciamento de práticas de mal-estar que extraem mais trabalho dos indivíduos, gerando o enorme sofrimento e a profusão de formas de adoecimento mental que testemunhamos hoje. Assim, inquirir qual seria a relação entre Freud e a vertente da filosofia moral que teve parte – embora apresente substanciais diferenças relativamente à visão neoliberal – na construção de uma visão antropológica cuja radicalização esgarça o laço social hoje<sup>2</sup> mostra-se indispensável, envolvendo um problema ético-político premente. Lacan (1948/1998, p. 124) alertou para o peso da “concepção utilitarista do homem” no “isolamento anímico” verificado em nosso tempo e, por conseguinte, no mal-estar contemporâneo, o que levou o autor a afastar radicalmente a psicanálise de tal concepção. Cabe ainda, contudo, retornar a Freud a fim de verificar qual é a medida dessa distância de fato.

Em busca de respostas a esses questionamentos, este artigo começa por recuperar brevemente as concepções de prazer e de felicidade de Stuart Mill. Em seguida, retoma as três principais conceituações do princípio do prazer na obra freudiana – presentes no manuscrito *Projeto de psicologia*, no artigo *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico* e na obra *Além do princípio do prazer* e, muito brevemente, as considerações de Freud acerca da felicidade em *Mal-estar na civilização*. Por fim, o artigo compara essas concepções freudianas com as do utilitarista clássico visando a indicação de distinções nos planos ético e político. Espera-se que, assim, possa-se aliar o trabalho de cunho epistemológico, bem desenvolvido pelas investigações em filosofia da psicanálise, com a reflexão de cunho ético-político, pouco frequente em tais investigações.

## 1 A CONCEPÇÃO POSITIVA DO PRAZER E A FELICIDADE EM STUART MILL

O conceito de prazer admitido por Stuart Mill é objeto de interminável exame e controvérsia, como ressaltam os estudiosos de sua obra – tais quais Crisp (1997), Rosen (2003) e Donner (2009), para ficarmos com uma pequena amostra de posições divergentes sobre a questão. Desse modo, não se pode esperar – e nem se pretende – que as considerações tecidas

---

<sup>2</sup> Não apenas “dilacerado”, como observou Antunes (2020, p. 19), como também “pautado pela letalidade” desde a recente conjugação diabólica, e ímpar no Brasil, da extrema precarização do trabalho com o caos político-sanitário.

a seguir encampem toda a complexidade revelada por esse longo debate. O que se busca aqui é recuperar apenas os traços desse conceito necessários à discussão que envolve a conceituação freudiana do prazer e da felicidade. Tais traços podem ser identificados numa célebre passagem do segundo capítulo da obra maior do utilitarismo clássico:

O credo que aceita como fundamento da moralidade a Utilidade, ou o Princípio da Maior Felicidade, sustenta que as ações estão certas na medida em que tendem a promover felicidade e erradas na medida em que tendem a produzir o reverso da felicidade. Por felicidade, entende-se prazer ou ausência de dor; por infelicidade, dor e a privação do prazer. Para se dar uma visão mais clara do padrão moral estabelecido por essa teoria, é necessário dizer muito mais – em particular, que coisas são incluídas nas ideias de dor e prazer e em que medida isso ainda é uma questão aberta. Porém, essas explicações suplementares não afetam a teoria da vida em que a presente teoria se funda – nomeadamente, em que o prazer e livrar-se da dor são os únicos fins desejáveis; e em que todas as coisas desejáveis [...] o são ou pelo prazer inerente a elas ou por serem um meio de promoção de prazer e de prevenção da dor (MILL, 1863/2003, p. 186)

Esse excerto apresenta o cerne da posição de Mill acerca do prazer e do princípio central da ética utilitarista na obra em questão. Apesar de indicar que a ideia de prazer ainda não está consolidada (“uma questão aberta”) – e, de fato, quem segue a construção dela, como Kuenzle (2018), nota que Mill jamais nos oferecerá a clareza esperada –, o trecho nos fornece elementos axiais para a discussão pretendida aqui. Nele podem ser identificados dois pressupostos, como mostrou Crisp (1997, p. 26): aquele segundo o qual a felicidade e o bem-estar consistem em experiências prazerosas e o de que estas assim o são por si mesmas, e não em razão de qualquer outra coisa – por exemplo, por vontade divina ou porque elas satisfazem outros desejos das pessoas. Crisp (1997) chama essa posição de “hedonismo total”, mas a denominação dada por Luper (2019) é mais adequada aos fins deste artigo – pois é por meio dela que se poderá enxergar mais claramente a diferença relativamente à concepção freudiana: “hedonismo positivo”. Noutros termos, trata-se de promover uma equivalência entre, de um lado, o bem, a felicidade e o prazer e, de outro, o mal, a infelicidade e o desprazer.

O excerto ressalta, repetidas vezes, que se entende a felicidade tanto como prazer quanto ausência de dor, mas é preciso que nos aprofundemos nesse aspecto. De fato, seguindo a argumentação desenvolvida ao longo do capítulo em questão, constatamos que Mill defende uma concepção igualmente positiva acerca da felicidade. Ele deixa claro que se deve entendê-la como, “não uma vida de êxtase, mas uma existência feita de poucas e transitórias dores, muitos e variados prazeres [...]” (MILL, 1863/2003, p. 191). Noutros termos, que ela não se reduz a uma vida de prazer completamente, mas que há o predomínio deste. Além disso,

o decurso do capítulo mostra a opinião do autor de que os grandes desprazeres enfrentados ao longo da vida podem e poderão, com o tempo, ser mitigados. Tal pressuposto se revela de forma clara nesta afirmação conclusiva: “Em suma, todas as grandes fontes de sofrimento humano são, em larga medida, e muitas delas quase totalmente, subjugáveis pelo zelo e esforço humanos” (p. 193). Ainda que frise se tratar de obra lenta, Mill mostra que as fontes da infelicidade humana – o egoísmo, a “falta da nobreza de caráter”, a pobreza – serão eliminadas conforme opere o progresso da civilização. Daí por que ele julga “um exagero” (p. 191) a admissão da impossibilidade da felicidade, reputando a infelicidade à “miserável educação atual e às miseráveis estruturas sociais” (p. 191). Assim, conquanto o filósofo britânico enuncie a equivalência, *de jure*, entre prazer e ausência de dor, o desenvolvimento de seu argumento ao longo do segundo capítulo de *Utilitarismo* indica sua aposta, *de facto*, em que as fontes de infelicidade são mitigáveis. Noutros termos, a felicidade é possível e deverá ser atingida pela humanidade à medida que esta progride.

Essa aposta nas virtudes humanas e no progresso social é um dos traços distintivos da teoria de Mill relativamente à de quem o guiou em matéria de filosofia moral: Jeremy Bentham. Como mostrou Heydt (2006), as críticas ao utilitarismo geraram profunda ressonância em Mill, que tratou de respondê-las mediante a construção de uma visão enriquecida da interioridade amparada na ênfase do caráter e da educação. Parte dessa visão é apresentada justamente no capítulo sobre o qual ora nos detemos, com o intuito de retorquir às censuras do escritor escocês Thomas Carlyle especialmente, que reputava a utilitarismo como uma filosofia moral mais adequada a porcos do que a humanos. Tal censura mirava o cálculo felicífico proposto por Bentham, o qual repousava sobre a consideração do aspecto tão somente quantitativo dos prazeres – isto é, sua soma aritmética. Noutros termos, aos olhos de Bentham, uma diversão banal poderia ser vista como superior à contemplação da mais refinada forma de arte se o prazer gerado por aquela fosse numericamente superior ao produzido por esta. A réplica de Mill consistiu em avançar a tese da distinção qualitativa entre os prazeres, divididos entre superiores e inferiores, e numa concepção da felicidade que deve muito à ética aristotélica, como mostrou Donner (2009).

Mill se distanciou de Bentham e dos demais Radicais (como eram denominados os utilitaristas dessa primeira geração, em razão de fazerem parte do movimento chamado de Radicalismo Filosófico), por conseguinte, também no que diz respeito à própria concepção de prazer. De fato, a referida réplica trouxe bastante elasticidade ao hedonismo milliano, o qual, para alguns, desde Henry Sidgwick, sequer poderia ser chamado de hedonismo efetivamente (BRINK, 2018). Trata-se de outro objeto de discórdia entre os estudiosos da

obra de Mill, mas acompanharemos aqui a posição mais comedida de Brink (2018) a esse respeito. Vimos no trecho destacado o filósofo afirmar que as coisas prazerosas “o são ou pelo prazer inerente a elas ou por serem um *meio de promoção de prazer* e de prevenção da dor”. Esse trecho já sinaliza a ultrapassagem das fronteiras do hedonismo mais tradicional, a qual de fato ocorre com a divisão dos prazeres em inferiores e superiores anunciada em seguida. A defesa de Mill da primazia dos últimos, embora clara no que diz respeito ao fato de eles serem causados pelo exercício de nossas capacidades mais altas, “torna obscuro como um hedonista iria explicar o fato de os prazeres superiores serem intrinsecamente mais prazerosos” (BRINK, 2018). Mill chega a afirmar que os juízes competentes (figura inventada pelo autor para designar aqueles que já experimentaram os prazeres em causa e podem decidir qual deles é mais elevado) optariam pelo prazer superior “mesmo sabendo que é acompanhado de maior descontentamento” (MILL, 1863/2003, p. 187). Além disso, no quarto capítulo da obra em questão, ao considerar que há casos, como o de se enamorar pela fama ou pelo poder, nos quais “o que nós algum dia desejamos como um instrumento da conquista do prazer, tornam-se desejáveis por si mesmos” (p. 212), Mill admite que podemos seguir com coisas que nos causam dor. Isso se daria em razão da “forte relação de associação gerada entre eles [fama e poder] e os nossos objetos de desejo” (p. 212).

Este último aspecto nos conduz, em contrapartida, a um ponto em comum – e central – entre Mill e os Radicais: ancorar a ética numa psicologia. Ao que tudo indica, Mill se manteve fiel às diretrizes gerais do projeto estabelecido por Bentham e seus seguidores, tal qual o evidenciou o estudo clássico de Élie Halévy – isto é, o projeto “perquirido em comum, desde o início do século [XVIII], por todos os moralistas e psicólogos ingleses – *a fundação de uma moral científica numa psicologia científica*” (HALÉVY, 1948, p. 34, *grifos meus*). Projeto que, efetivamente, revela-se desde a abertura de *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*: “A natureza dispôs o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos, *dor e prazer*. Somente eles apontam o que devemos [*ought to*] fazer, assim como o que faremos [*shall do*]” (BENTHAM, 1780/2007, p. 1, *grifos do autor*). Noutros termos, da constatação psicológica da sujeição do ser humano ao prazer e à dor, poder-se-ia derivar a necessidade de uma ética harmonizada com esse princípio natural. Ora, seria irracional que esta não o fizesse – razão que autorizaria a passagem do ser (“*shall*”) ao dever ser (“*ought to*”). Mill não só reteve esse movimento de Bentham – atualizado com o amparo da psicologia associacionista proposta por seu pai, James Mill, e pela busca das leis de formação do caráter das pessoas (KUENZLE, 2018) – como também a crítica ao intuicionismo, uma das forças reacionárias de então, a

qual defendia nossa capacidade de intuir verdades morais e obstava as reformas sociais exigidas pelos utilitaristas (ANDERSON, 1991).

Todavia, tal projeto deu origem a empreitadas muito diferentes quando se compararam os projetos éticos dos Radicais e de Mill. Como mostrou Halévy (1948, p. 477-478, grifos meus), os Radicais inauguraram uma “moralidade plebeia, ou ainda burguesa, divisada por laboriosos artesãos e astutos comerciantes”, na qual “o egoísmo aparece como condição necessária a todas as virtudes sociais”, e que, por isso, poderia ser considerada uma “*psicologia econômica na forma de imperativo*”. Por outro lado, como revelou Halliday (2004) de forma cristalina, o “utilitarismo romântico” de Mill visava a combater essa perspectiva ética mercantil, a qual então se tornava moda, promovendo as modificações identificadas acima a fim de “melhor se adequar a uma *filosofia do aprimoramento*” (HALLIDAY, 2004, p. 38, grifos meus). Tendo essa filosofia como norte, Mill advogou uma “ética do autodesenvolvimento”, amparada numa “lógica da cultura pessoal [*self-culture*]” (p. 45), que o distanciou enormemente de Bentham e dos Radicais. O subtexto dessa ética era o imperativo do apuro de si. Daí os grandes ajustes e enriquecimentos promovidos na noção de prazer herdada dos Radicais.

## 2 O NÚCLEO NEGATIVO DO HEDONISMO FREUDIANO

Quem se debruça sobre a história da formulação do princípio que rege o modo de funcionamento do inconsciente segundo Freud, não pode deixar de se surpreender quando nota que ele foi enunciado da maneira como ficou conhecido – princípio do prazer – um tanto tardiamente: apenas em 1911, quer dizer, mais de uma década depois do início da psicanálise e do advento da obra magna freudiana, *A interpretação dos sonhos*. Desde então, ele havia sido denominado de maneira negativa, isto é, como “princípio do desprazer”, como se pode ver repetidas vezes na seção E do sétimo capítulo de tal obra (FREUD, 1900/2019, pp. 647-668). Embora essa denominação tenha dado lugar àquela positiva – de fato, um nome mais curto, como veremos –, isso não implicou substituição de uma concepção negativa por outra positiva do prazer. Pois o núcleo do hedonismo freudiano sempre se manteve negativo.

Ora, isso se deve, em larga medida, às características do próprio aparelho psíquico (*Seelenapparat*), estabelecidas por Freud no seminal *Projeto de psicologia*. Na oitava seção da primeira parte desse manuscrito, Freud destaca “uma tendência da vida psíquica para *evitar desprazer*” (FREUD, 1895/2003, p. 190, grifos do autor), já que tal aparelho seria, basicamente, uma estrutura de escoamento de energia a fim de mantê-la num nível constante

e o suficiente para a manutenção da vida. Dessa forma, “a arquitetura do sistema nervoso serviria ao afastamento; a função, à eliminação de Q̄ [quantidade de energia] dos neurônios” (p. 185). Tais características demandariam um enfoque do desprazer como aumento de tensão e o prazer, como “sensação de eliminação” (pp. 190-191). Há, portanto, algo na concepção mesma de aparelho psíquico de Freud, sobre a qual se assenta a teoria psicanalítica, que faz o prazer ser concebido em sua forma negativa fundamentalmente, isto é, como fuga do desprazer decorrente do aumento de tensão ou pressão.

É verdade que o criador da psicanálise deu ênfases diversas em suas considerações sobre o prazer. Schuster (2016) mostra como a análise de fenômenos como as piadas, a sublimação, a literatura e, sobretudo, a sexualidade demonstram um enfoque que transcende aquele estritamente negativo. Este autor se detém sobre ao menos quatro acepções de prazer nos *Três ensaios sobre a sexualidade*, o que nos mostra como algumas delas deixam entrever matizes positivos. Com efeito, a noção mesma de *Lust* (prazer) em Freud guarda grande ambiguidade, pois designa tanto o desejo, concebido como um aumento da tensão sexual, quanto sua satisfação (SCHUSTER, 2016, p. 100). Dessa forma, deve-se constatar que as considerações de Freud a esse respeito têm nuances e variações (p. 99).

Todavia, como interessa aqui, antes, chamar atenção para o núcleo negativo do hedonismo freudiano, o qual se materializa nas considerações metapsicológicas sobre o aparelho psíquico e sobre o princípio do prazer, devemos nos centrar sobre as abordagens axiais deste, sendo a primeira delas a que surge em *Projeto de psicologia*, conforme se destacou acima. Ainda que nesse manuscrito não se enuncie um princípio do desprazer estritamente (ao invés disso, Freud designa um “princípio de inércia”) – o que, por outro lado, de fato ocorre de forma cabal na seção E do capítulo sete de *A interpretação dos sonhos* –, *Projeto de psicologia* apresenta todos os fundamentos da primeira conceituação. Como mostraram Simanke e Caropreso (2006), a tendência de descarga do aparelho psíquico, introduzida no manuscrito de 1895, é retratada praticamente da mesma forma na seção C do sétimo capítulo do texto sobre os sonhos.

Por outro lado, esses autores mostram que uma mudança importante ocorre de um texto para outro, a qual, por sua vez, parece se relacionar ao fato de Freud não ter repisado o núcleo negativo de seu hedonismo nos anos 1900. Quando cotejam os dois textos, eles concluem que a tendência primária do funcionamento psíquico de reavivar recordações desprazerosas desaparece em *A interpretação dos sonhos* (SIMANKE & CAROPRESO, 2006, p. 215). Essa tendência havia sido identificada em *Projeto de psicologia* com a análise da problemática da dor – crucial, conforme anuncia Freud, pois nos revelaria “os protótipos normais para o



patológico” (FREUD, 1895/2003, p. 185), isto é, a chave para compreensão do cerne de fenômenos patológicos com as neuroses. Numa palavra, a análise do fenômeno da dor física serviria de modelo para a compreensão da dor psíquica ou do trauma, vinculado ao que o autor denomina “vivência dolorosa”. Esta consistiria, fundamentalmente, no aumento, sentido como desprazer, de uma quantidade de energia no aparelho psíquico, na necessidade de eliminação desta e na tentativa de impedir que a recordação dolorosa fosse reavivada (ou, nos termos do texto, que a representação do “objeto hostil” fosse “ocupada”), o que, porém, não seria possível de início – apenas mediante repetidas tentativas. Dessa forma, o retorno de tais recordações se revelaria uma tendência originária, fato que não é admitido, contudo, em *A interpretação dos sonhos*. Como mostram os autores, a constatação do liame entre repressão e fantasias sexuais infantis “retira a vivência de dor descrita no *Projeto* da sua condição de modelo normal do trauma neurótico” (SIMANKE & CAROPRESO, 2006, p. 222), colocando, no lugar deste, o desejo e a repressão. Ora, foi justamente nesse período que Freud passou a explorar os matizes indicados por Schuster (2016) ao analisar fenômenos como as piadas e a sexualidade infantil.

A segunda grande abordagem do princípio do prazer ocorreu em 1911, com a publicação do artigo *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico*. Nele ocorre uma tentativa de sistematização das hipóteses metapsicológicas que ora nos concernem – tentativa bem caracterizada pela expressão que o próprio autor emprega para definir sua empreitada: “[...] pequeno ensaio, mais preparatório do que conclusivo” (FREUD, 1911a/2010, p. 120). A primeira novidade que o ensaio apresenta é a do batismo do princípio tal como o conhecemos: “É fácil distinguir a tendência principal a que estes processos primários obedecem; ela é designada como princípio do prazer-desprazer (ou, mais sinteticamente, princípio do prazer)” (p. 111, *grifos meus*). Conforme anunciamos acima, trata-se de um nome mais curto, mas ambas as suas faces são ressaltadas: “Tais processos se empenham em ganhar prazer; daqueles processos que podem suscitar desprazer a atividade psíquica se retira (repressão)” (p. 111). Como se pode ver, o modelo para a compreensão do patológico ainda é o do desejo e o da repressão, presente em *A interpretação dos sonhos* – texto cujas “linhas de pensamento” (p. 111), de resto, Freud afirma estar apenas retomando. Porém, não se pode deixar de notar que o caráter primitivo, tanto do ponto ontogenético como filogenético, do processo primário é destacado com mais evidência: “Nós os vemos [os processos inconscientes] como os mais antigos, como primários, *vestígios de uma fase de desenvolvimento [Entwicklungsphase]*<sup>3</sup> em que constituíam a única espécie de processos anímicos” (p. 111, *grifos meus*). Deve-se observar

<sup>3</sup> A edição em português deste artigo está sendo cotejada com a do original alemão consultada em FREUD, 1911b/1975.

que a expressão “*Entwicklungsphase*” pode ser vertida tanto como “fase desenvolvimento” quando “estágio de evolução”. Trata-se de um aspecto importante de diferenciação relativamente à psicologia de Mill, conforme veremos a seguir.

A segunda novidade a qual nos interessa destacar aqui está contida na forma como Freud caracteriza a distinção entre os princípios do prazer e da realidade: “Assim como o Eu-de-prazer não pode senão *desejar*, trabalhar pela obtenção de prazer e evitar o desprazer, o Eu-realidade necessita apenas buscar pela *utilidade* [*Nutzen*]<sup>4</sup> e proteger-se dos danos” (p. 116, grifos do autor). Ao final desse trecho, Freud anexa uma nota de rodapé em que se serve de uma passagem da peça *Homem e Super-Homem: uma comédia e uma filosofia*, do dramaturgo irlandês George Bernard Shaw: “A vantagem do Eu-realidade sobre o Eu-de-prazer foi muito bem expressa por Bernard Shaw, com as seguintes palavras: [...] ‘Ser capaz de escolher a linha de maior vantagem, em vez de ceder na direção de menor resistência’ [...]” (p. 116). Noutros termos, o Eu-realidade teria maior grau de domínio sobre o meio, na medida em que poderia efetuar um balanço entre opções de maior benefício. O fato de Shaw ter sido bastante influenciado pelo utilitarismo de Mill (IRVINE, 1947) e de Freud empregar o termo utilidade, seguido por uma nota em que se aborda a questão sob o aspecto da vantagem, poderia, à primeira vista, dar indicações do “solo filosófico” utilitarista em que o criador da psicanálise estaria a se mover. Todavia, um olhar mais cuidadoso sobre a natureza da discussão presente na peça de Shaw – uma sátira da defesa de um impulso vital feita darwinismo social então em vigor nas terras britânicas (SCHWARTZ, 2005) – nos mostra que o “solo filosófico” é outro.

Se somarmos essas duas indicações da reverberação de temas evolucionários – aos quais Freud iria se lançar muito mais abertamente dentro em pouco, a partir de *Totem e Tabu* – nas reflexões freudianas à investigação de Young (1970), a qual mostra como as considerações sobre o prazer e o desprazer eram presença frequente nos vários esboços de psicologia evolucionária do século XIX – com os quais, conforme ressalta Simanke (2007, p. 75), “o *Projeto...* pôde perfeitamente ser posto em continuidade” – , torna-se difícil sustentar que aquelas reflexões teriam sido herdadas de Mill especificamente. Pois foi a “teoria da evolução que justificou a extensão do paradigma sensório-motor a todo sistema nervoso [...]” (YOUNG, 1970, p. 249), tendo dado origem, desde Herbert Spencer, a um “associacionismo evolucionário” que inspirou os grandes projetos anglófilos de psicologia do século XIX. Considerando esse panorama, não parece implausível enxergar, antes, as vantagens do “Eu-

<sup>4</sup> A tradução foi ligeiramente modificada a fim de evidenciar que Freud emprega o substantivo abstrato “utilidade” (FREUD, 1911b/ 1975, p. 20), e não o adjetivo “útil”, que aparece na versão em português.

realidade” nos termos de valor à sobrevivência (sobretudo na medida em que Freud ressalta a função de “proteger-se dos danos”).

A terceira grande abordagem do princípio do prazer, feita em *Além do princípio do prazer*, fornece elementos determinantes para a discussão que ora nos interessa. Tendo isso em vista, três aspectos fundamentais do opúsculo devem ser destacados, sendo o primeiro deles a denominação clara da precedência do desprazer sobre o prazer. No parágrafo de abertura do texto, Freud afirma acreditar que o princípio do prazer “é sempre incitado por uma tensão desprazerosa” (FREUD, 1920/2010, p. 162, *grifos meus*). Com a “especulação extremada” (p. 84) feita no quarto capítulo do texto, em que o autor esboça a filogênese e a ontogênese do aparelho psíquico, originado de uma espécie de vesícula protoplasmática – esboço já feito em *Projeto de psicologia* –, notamos que tal precedência se refere tanto ao desenvolvimento quanto à evolução de tal aparelho. Dessa forma, fica patente, como ressaltou Monzani (1989, p. 190), que “o desprazer é o grande motor que aciona e desenvolve o aparelho psíquico, o grande mestre [...]”. Com isso, segundo esse autor, pode-se retrair uma linha de especulação filosófica que une “os primeiros discípulos de Aristipo” ao criador da psicanálise: “Na verdade, desde os gregos até Freud, o ocidente desenvolveu uma concepção negativa do prazer, mesmo entre seus supostos arautos” (MONZANI, 1989, p. 223). No opúsculo em questão, essa concepção negativa ganha contornos mais evidentes, pois, como mostraram Simanke e Caropreso (2006), Freud retoma a hipótese da vivência dolorosa engendrada em *Projeto de psicologia*, o que confere ao desprazer ainda mais espaço, no qual é desenvolvida a hipótese de uma atividade psíquica regida pela compulsão à repetição.

O segundo aspecto a ser destacado se relaciona às referências em que Freud ancora suas especulações. Ele faz o seguinte alerta acerca das fontes de sua empreitada, logo no segundo parágrafo da obra:

Não é de nosso interesse investigar em que medida, estabelecendo o princípio do prazer, nos aproximamos ou afiliamos a um sistema filosófico particular, historicamente assentado. [...]. Por outro lado, com prazer manifestaríamos gratidão a uma teoria filosófica ou psicológica que nos pudesse informar sobre o significado das sensações de prazer e desprazer, que tão imperativamente agem sobre nós. Mas, infelizmente, *nada de útil nos é oferecido nesse ponto*. [...]. *Decidimos* relacionar prazer e desprazer com a quantidade de excitação – não ligada de nenhuma maneira – existente na vida psíquica, de tal modo que o desprazer corresponde a um aumento, e o prazer, a uma diminuição dessa quantidade. (FREUD, 1920/2010, p. 163, *grifos meus*).

Assim, procura deixar claro não apenas seu desinteresse pela procura de suas fontes filosóficas como também a inutilidade da filosofia na tarefa de elucidação da natureza do

prazer e do desprazer. Ante essa constatação, Freud indica que a elucidação deve ser obtida mediante o ponto de vista econômico da metapsicologia e, a fim de respaldá-lo, cita um dos fundadores da psicologia experimental, o “pesquisador arguto” (p. 163) Gustav Theodore Fechner. Noutros termos, ao invés de recorrer ao saber filosófico, Freud recorre à psicologia experimental e, ainda, a um texto cujo motivo é um diálogo com a doutrina evolucionária: “a afirmação de Fechner está no seu breve escrito *Einige Ideen zur Schöpfungs- und Entwicklungsgeschichte der Organismen* [...]” (p. 163). O intento desse texto do psicólogo alemão, cuja tradução seria algo como “Algumas ideias sobre a história da criação e a evolução dos organismos”, foi revelado por Ellenberger (1970, p. 218): “Numa avaliação crítica da teoria de Darwin da evolução das espécies, Fechner formulou seu ‘princípio da tendência à estabilidade’, um princípio finalista defendido como complementar ao princípio causal”. Tem-se mais uma evidência, portanto, de que as elaborações freudianas sobre o princípio do prazer se fizeram na esteira das psicologias oitocentistas feitas em diálogo com a teoria da evolução.

O terceiro aspecto a ser destacado, por fim, é a articulação que essa obra apresenta entre essa abordagem evolucionária e uma visão sobre a cultura. Ao final do capítulo quinto, após desenvolver a ideia do caráter restaurador dos impulsos vitais, pavimentando, assim, o caminho para o avanço da hipótese da pulsão de morte, Freud refuta a ideia, então bastante ventilada, de um impulso vital rumo ao progresso:

Para muitos de nós pode ser difícil abandonar a crença de que no próprio homem há um impulso para a perfeição, que o levou a seu atual nível de realização intelectual e *sublimação ética* e do qual se esperaria que cuidasse de seu desenvolvimento *rumo ao super-homem*. Ocorre que eu não acredito em tal impulso interior e não vejo como poupar essa benevolente *ilusão*. A evolução humana, até agora, não me parece necessitar de explicação diferente daquela dos animais, e o que observamos de incansável ímpeto rumo à perfeição, numa maioria de indivíduos, pode ser entendido como *consequência da repressão instintual* em que se baseia o que há de mais precioso na cultura humana. (FREUD, 1920/2010, pp. 209-210, *grifos meus*).

Mostrando a mesma descrença de Shaw, na peça referida acima, em relação a uma força vital aperfeiçoadora, Freud reputa tal crença a mero logro. A teoria da evolução havia conseguido promover a substituição da ideia de progresso pela de adaptação, tirando o ser humano do pedestal da criação ao qual ele próprio havia se alçado. Nessa perspectiva, as mais altas realizações humanas, como a ética e a cultura, nada mais seriam do que satisfações substitutivas conquistadas sob os auspícios de mecanismos psíquicos (sublimação e repressão).

Vê-se, dessa forma, o grande papel que a doutrina evolucionária exerceu no movimento freudiano de desmistificar o lugar da cultura.

O destaque a esses aspectos, sobretudo o último, permite que compreendamos o parecer freudiano sobre “programa de ser feliz” emitido em *Mal-estar na civilização*. Porquanto, é “o programa do princípio do prazer que estabelece a finalidade da vida” (FREUD, 1930/2010, p. 30) – isto é, a felicidade –, não surpreende que tal programa seja considerado pelo criador da psicanálise “irrealizável” (p. 40). Ora, se “aquilo a que chamamos ‘felicidade’ [...] vem da satisfação repentina de necessidades altamente represadas”, então ela “por sua natureza é possível apenas como fenômeno episódico” (pp. 30-31). Isso é tudo que nosso aparelho psíquico – ou nossa “constituição” – permite. Todavia, Freud assevera que nem por isso abandonamos os esforços para realizar essa nossa quimera. Cada um vai tentar alcançá-la, seja visando à conquista do prazer ou à ausência de desprazer. A questão é que, para a psicanálise freudiana, nesse “sentido moderado em que é admita como possível, a felicidade constitui um problema da economia libidinal do indivíduo” (p. 40). Noutros termos, Freud considera a felicidade não mais como uma tarefa ético-política, e sim como algo que depende da constituição psíquica de cada pessoa.

### 3 A DISTÂNCIA ENTRE MILL E FREUD NO PLANO ÉTICO-POLÍTICO: BREVES INDICAÇÕES

Este breve apanhado das concepções básicas desses dois autores acerca do prazer e da felicidade nos forneceu a medida da distância entre eles a esse respeito. Ao passo que Mill apresenta um enfoque positivo, defendendo, ao fim e ao cabo, que a felicidade é atingível por meio do progresso social e do apuro de si, Freud construiu um enfoque negativo, o qual resultou na defesa de que a felicidade, entendida como satisfação, está condicionada à maneira como opera a economia libidinal de cada um. A distância entre as posições dos dois autores pode ser ainda mais ampliada se atentarmos para suas consequências nos planos ético e político. Visto que uma análise mais apurada destas requereria, no mínimo, um outro artigo, devemos nos contentar, aqui, com indicações mais gerais.

No plano ético, a perspectiva de Freud lançaria sérias suspeitas à possibilidade de uma ética do apuro de si como a de Mill. Como vimos, o primeiro reputa ilusória a ideia de um *elã* de perfectibilidade, a qual, como mostrou Hill (1995, p. 179), ao lado do pressuposto da liberdade, embasa a perspectiva de Mill: “[...] a zona da privacidade é justificada em parte porque ela proporciona o céu ao delicado e nascente eu (*self*). A liberdade permite ao indivíduo transformar-se no que ele é, a atingir seu potencial inerente”. Nada mais distante

da perspectiva freudiana, a qual, aliás, começa por desmontar a suposta unidade desse Eu. Além disso, ao considerar a ética do ponto de vista libidinal, Freud desmistifica a espécie de pureza que Mill conferiu a ela recorrendo ao eudaimonismo aristotélico. Sob a perspectiva psicanalítica, tanto a “nobreza de caráter”, quanto a falta dela, seriam não mais do que soluções de compromisso. Por fim, a suposta identidade de interesses sobre a qual repousa a perspectiva utilitarista, como mostrou Halévy (1948), também cairia por terra aos olhos da psicanálise, tanto pelo destronamento do eu demonstrado desde o início da obra freudiana quanto pela revelação, em sua fase madura, do caráter irreconciliável entre as satisfações plenas do indivíduo e as exigências da cultura, como salientado em *Mal-estar na civilização* (FREUD, 1930/2010).

Já no plano político, a perspectiva freudiana, pelas mesmas razões expressas acima, também encararia com profundo ceticismo a felicidade social prometida pelo liberalismo de base utilitarista proposto por Mill. Esse ponto requereria uma análise mais detida dos traços de tal liberalismo, mas, como nosso objetivo é a visada da distância que separa Mill de Freud, parece suficiente retomar as indicações de Roazen (1999, p. 250) a esse respeito: “O estilhaçamento das pressuposições racionalistas promovido por Freud é talvez o aspecto de seu pensamento que teve maior efeito em nosso pensamento político”, pois “poderia ser lido como a tradição liberal virando-se contra si mesma numa autocrítica”. Dessa forma, a positividade das categorias políticas dessa tradição, como liberdade, felicidade, autodesenvolvimento, tão bem representada na obra de Mill, seria questionada sob a perspectiva psicanalítica freudiana, a qual oporia a tais categorias as noções de sobredeterminação, mal-estar e sintoma. Isso não implica, todavia, que tal perspectiva esteja fadada a permanecer no nível da crítica estéril. Pois seria perfeitamente possível pensar uma política nesses termos, como revelou Safatle (2018), trazendo ao primeiro plano a negatividade da noção freudiana de *Hilflosigkeit* (desamparo).

A percepção da distância entre Mill e Freud nos planos em questão nos dá elementos para questionar a visão antropológica sobre a qual nos referimos no início deste artigo. É verdade que essa visão foi radicalizada por doutrinas (marginalista e neoliberal) as quais guardam consideráveis diferenças relativamente à visão proposta por Mill, como mostram Dardot e Laval (2014). Dessa forma, o “sujeito-empresa” não poderia ser derivado de uma doutrina como a de a Mill, e tampouco a ética da competição, cujo fundamento egoísta extremo, sem qualquer consideração do bem do maior número, mostra-se incompatível com o cerne da perspectiva utilitarista. Todavia, a extração de mais trabalho hoje, efeito maior do neoliberalismo, juntamente com o sofrimento e as patologias a ele vinculadas, é feita sobretudo em nome das categorias positivas mencionadas acima, isto é, da liberdade, da felicidade e do autodesenvolvimento. Tais são as ilusões que guiam a faina sem limites imposta pela

corrosão progressiva das estruturas de amparo social ao redor do globo. Dessa forma, quando comparada com uma perspectiva positiva como a de Mill, a perspectiva negativa de Freud pode nos dar a medida da distância entre a bonança que essa visão antropológica promete e a miséria que ela nos entrega de fato.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou promover uma comparação entre as visões de Stuart Mill e Freud no que tange ao prazer e à felicidade a fim de avaliar melhor a herança daquele sobre este. Enquanto a psicologia e a metodologia de Mill indicam ter informado as reflexões freudianas de fato, o mesmo não ocorre com a ética utilitarista do filósofo britânico. O hedonismo negativo freudiano parece ter sido, antes, informado pelas psicologias evolucionárias ensaiadas no século XIX, na esteira das quais ele próprio se insere. A derivação das consequências éticas e políticas da extração de tal hedonismo indicou que, sobre as categorias positivas que informam as reflexões de Mill nesses campos, como liberdade, felicidade e autodesenvolvimento, Freud lançou fortes suspeitas, o que pode municiar o questionamento das (falsas) promessas de plenitude da sociedade neoliberal. Dessa forma, o presente artigo tentou mostrar a possibilidade de contribuição da reflexão em filosofia da psicanálise tanto no costumeiro plano epistemológico quanto no bem mais raro plano ético-político.



## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, E. S. John Stuart Mill and experiments in living. *Ethics*, Chicago, v. 102, n. 1, 1991, p. 4-26.
- ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (Org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 11-22.
- BENTHAM, J. (1780). *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Nova York: Dover, 2007.
- BERNFELD, S. Freud's Scientific Beginnings. *American Imago: a psychoanalytic journal for the arts and sciences*, Baltimore, v. 6, n. 3, 1949, p. 163-196.
- BRINK, D. Mill's Moral and Political Philosophy. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2008. Recuperado em: <<https://plato.stanford.edu/entries/mill-moral-political/>>. Acesso em: 3 mai. 2021.
- CRISP, R. *Mill on Utilitarianism*. Londres: Routledge, 1997.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DONNER, W. A filosofia moral e política de Mill. In: DONNER, W.; FUMERTON, R. *John Stuart Mill*. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 213-280.
- ELLENBERGER, H. F. *The discovery of the unconscious: the history and evolution of dynamic psychiatry*. New York: Basic Books, 1970.
- FRANCO et al. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, V.; SILVA JR, N.; DUNKER, C. (Orgs). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 47-75.
- FREUD, S. (1895). Projeto de psicologia. In: GABBI JR, O. F. *Notas a Projeto de uma psicologia: as origens utilitaristas da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 171-260.
- FREUD, S. (1900). A interpretação dos sonhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. (*Obras Completas*, v. 4)
- FREUD, S. (1911a). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 108-121. (*Obras Completas*, v. 10)
- FREUD, S. (1911b). Formulierungen über die zwei Prinzipien des psychischen Geschehens. *Psychologie des Unbewußten*. Frankfurt am Main: S. Fischer Verlag, 1975, p. 13-24. (*Studienausgabe*, v. III).
- FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 161-239. (*Obras Completas*, v. 14)
- FREUD, S. (1930). O mal-estar na civilização. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 13-122. (*Obras Completas*, v. 18)
- FUMERTON, R. Lógica, metafísica e epistemologia de Mill. In: DONNER, W.; FUMERTON, R. *John Stuart Mill*. Lisboa: Edições 70, 2009, p.
- GABBI JR, O. F. *Notas a Projeto de uma psicologia: as origens utilitaristas da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- HALÉVY, E. *The Growth of Philosophic Radicalism*. Londres: Faber & Faber Limited, 1948.
- HALLIDAY, R. J. *John Stuart Mill*. Londres: George Allen & Unwin, 2004.
- HEYDT, C. Mill, Bentham and 'internal culture'. *British Journal for the History of Philosophy*, Londres, v. 14, n. 2, 2006, p. 275-301.
- HILL, J. L. Mill, Freud, and Skinner: the concept of the self and the moral psychology of liberty. *Seton Hall Law Review*, v. 26, n. 1, 1995, p. 92-182.

- HONDA, H. *Raízes britânicas da psicanálise: Stuart Mill, Hughlings Jackson e a metodologia freudiana*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.
- IRVINE, W. Shaw, the Fabians, and the Utilitarians. *Journal of the History of Ideas*, v. 8, n. 2, 1947, p. 218- 231.
- KUENZLE, D. John Stuart Mill: "Pleasure" in the Laws of Psychology and the Principle of Morals. In: SHAPIRO, L. (Ed.). *Pleasure: a history*. New York: Oxford University Press, 2018, p. 201-231.
- LACAN, J. (1948). A agressividade em psicanálise: In: LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 104-126.
- LUPER, S. Death. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2002. Recuperado em: <<https://plato.stanford.edu/entries/death/>>. Acesso em: 3 de mai. 2021.
- MILL, J. S. (1863). Utilitarianism. In: WARNOCK, M. (Ed.). *Utilitarianism and On Liberty*. Londres: Blackwell, 2003, p. 181-235.
- MOLNAR, M. John Stuart Mill Translated by Siegmund Freud. *Psychoanalysis and History*, Nova York, v. 1, n. 2, 1999, p. 195-205.
- MONZANI, L. R. *Freud, o movimento de um pensamento*. Campinas: Unicamp, 1989.
- RICAUD, M. Sigmund Freud, Translator of *The Enfranchisement of Women* By J.S. Mill. *Psychoanalysis and History*, Nova York, v. 1, n. 2, 1999, p. 206-218.
- ROAZEN, P. *Freud, political and social thought*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1999.
- ROSEN, F. *Classical Utilitarianism from Hume to Mill*. Londres: Routledge, 2003.
- SAFATLE, V. *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.
- SCARRE, G. Epicurus as a Forerunner of Utilitarianism. *Utilitas*, Cambridge, v. 6, n. 2, 1994, p. 219 – 231.
- SCHUSTER, A. *The trouble with pleasure: Deleuze and Psychoanalysis*. Cambridge: The MIT Press, 2016.
- SCHWARTZ, S. C. The Victorian ethos of evolution. *Journal of the American Academy of Psychoanalysis and Dynamic Psychiatry*, Nova York, v. 33, n. 1, 2005, p. 225-234.
- SIMANKE, R. T. *Mente, cérebro e consciência nos primórdios da metapsicologia freudiana: uma análise do Projeto de uma psicologia (1895)*. São Carlos: EDUFSCar, 2007.
- SIMANKE, R. T.; CAROPRESO, F. Compulsão à repetição: um retorno às origens da metapsicologia freudiana. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2006, p. 207-224.
- SIMANKE, R. T. Hagiografia e difamação na história da psicanálise: as duas faces do excepcionalismo. In: FONSECA, E. R. et al. *Pluralismo na psicanálise*. Curitiba: PUCPress, 2016, p. 11-27.
- WATSON, A. S. Freud the Translator: Some Contacts with Philosophy. *International Journal of Psychoanalysis*, Londres, v. 39, 1958, p. 326-327.
- YOUNG, R. M. *Mind, brain, and adaptation in the nineteenth century: cerebral localization and its biological context from Gall to Ferrier*. Nova York: Oxford University Press, 1970.

